



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO ESPECIAL Nº 1847553 - SP (2019/0334197-1)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
RECORRENTE : KEVEN PARRA (PRESO)
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
MARIANA FERREIRA CAVALCANTE - DEFENSORA PÚBLICA
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
CORRÉU : CAIO VINICIUS DOS SANTOS

EMENTA

RECURSO ESPECIAL. PENAL. TRÁFICO DE DROGAS – **5,329 KG DE MACONHA (CINCO QUILOS E TREZENTOS E VINTE E NOVE GRAMAS)**. CAUSA ESPECIAL DE DIMINUIÇÃO DE PENA PREVISTA NO § 4.º DO ART. 33 DA LEI N.º 11.343/2006. NÃO APLICAÇÃO. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. ENTENDIMENTO FIXADO PELA SEXTA TURMA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA NO JULGAMENTO DO RESP N.º 1.773.834/ES, REL. MINISTRA LAURITA VAZ. ELEVADA QUANTIDADE DE DROGAS APREENDIDA: CIRCUNSTÂNCIA QUE PERMITE AFERIR O GRAU DE ENVOLVIMENTO DO ACUSADO COM A CRIMINALIDADE ORGANIZADA OU DE SUA DEDICAÇÃO ÀS ATIVIDADES DELITUOSAS. RECURSO ESPECIAL CONHECIDO E DESPROVIDO.

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por KEVEN PARRA, fundamentado no art. 105, inciso III, alínea a, da Constituição da República, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo nos autos da Apelação Criminal n.º 0100092-40.2017.8.26.0050.

Consta nos autos que o Recorrente, e outro comparsa, foi condenado à pena de 4 (quatro) anos e 2 (dois) meses de reclusão, em regime semiaberto, além do pagamento de 416 (quatrocentos e sessenta e seis) dias-multa, pela prática do crime previsto no art. 33, caput, da Lei n.º 11.343/2006, caracterizado pelo transporte de **5,329 kg de maconha (cinco quilos e trezentos e vinte e nove gramas), em forma de tijolos** (fl. 318).

As partes recorreram, mas a Corte de origem deu provimento apenas ao apelo do *Parquet* para extirpar o redutor da pena e fixá-la e 5 (cinco) anos de reclusão e 500 (quinhentos) dias-multa, nos termos desta ementa (fl. 496):

"APELAÇÃO. Tráfico de drogas. Recursos defensivo e ministerial. Apelo de CAIO não conhecido. Recurso intempestivo. Crime de associação para o tráfico não comprovado. Dosimetria. Afastamento do redutor previsto no artigo 33, § 4º, da Lei n. 11.343/06. Apreensão de cerca de 5,3kg de maconha. Circunstâncias fáticas que indicam a dedicação dos réus a atividades criminosas. Fixação de regime fechado para o início do cumprimento da reprimenda. Inviabilidade, dada a primariedade dos agentes e o quantum das penas que lhes foram impostas. Recurso de CAIO não

conhecido, apelo de KEVEN improvido e recurso ministerial parcialmente provido."

Os embargos de declaração da defesa foram rejeitados (fls. 524-528).

Neste recurso especial, a Defesa sustenta ofensa ao art. 33, § 4.º, da Lei n.º 11.340/2006, pleiteando o reconhecimento do redutor da pena, ao argumento de que a quantidade de droga apreendida não é apta a justificar o indeferimento do mencionado privilégio por absoluta ausência de respaldo legal para tanto.

Requer, assim, o deferimento do redutor da pena e que seja fixado no máximo legal.

Contrarrazões às fls. 555-568.

O Ministério Público Federal opinou pelo desprovimento do recurso (fls. 582-585).

É o relatório. Decido.

O Tribunal de origem superou o pleito de reconhecimento do redutor da pena com apoio na relevante quantidade de droga apreendida (fls. 502-203, sem grifos no original):

"Na terceira fase, em que pese a apreensão de exorbitante quantidade de droga em poder dos réus (cerca de 5.329,2g de maconha), o i. sentenciante reconheceu o redutor previsto no artigo 33, § 4º, da Lei n. 11.343/06, reduzindo as reprimendas na proporção de 1/6.

Neste ponto, assiste razão ao i. representante do Ministério Público, porquanto incabível o reconhecimento do redutor previsto no artigo 33, § 4º, da Lei n. 11.343/06.

A despeito da primariedade dos acusados, eles foram surpreendidos por policiais civis quando transportavam cerca de 5,3kg de maconha, o que demonstra a dedicação de ambos a atividades criminosas. Ora, é pouco crível que dois indivíduos se disponham a transportar expressiva quantidade de maconha e, ainda assim, não tenham envolvimento habitual com o tráfico.

Em outras palavras, neófitos jamais estariam envolvidos no transporte de tamanha quantidade de entorpecentes.

[...]

Destarte, afasto a incidência do redutor previsto no artigo 33, § 4º, da Lei n. 11.343/06 e, diante da ausência de causas de aumento e diminuição de pena, torno definitiva a pena de 05 anos reclusão, e pagamento de 500 dias-multa, no valor unitário mínimo legal, para ambos os acusados."

Com efeito, essa motivação – que ressalta a grande quantidade de entorpecente apreendida na espécie –, mostra-se em conformidade com a conclusão exarada pela Sexta Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade de votos, na sessão realizada no dia 27/11/2018 (DJe 19/12/2018), ao apreciar o REsp n.º 1.773.834/ES, Rel. Min. LAURITA VAZ, em que se decidiu que **a elevada quantidade de drogas apreendida é circunstância que permite aferir o grau de envolvimento do acusado com a criminalidade organizada ou de sua dedicação às atividades delituosas.**

Cito a ementa do referido julgado:

"AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RELEVÂNCIA TEMÁTICA. CONVERSÃO EM RECURSO ESPECIAL. PENAL. TRÁFICO DE DROGAS. APREENSÃO DE 20 KG DE MACONHA. AFASTAMENTO DA CAUSA ESPECIAL DE DIMINUIÇÃO DA PENA PREVISTA NO § 4.º DO ART. 33 DA LEI N.º

11.343/2006. FUNDAMENTAÇÃO DAS INSTÂNCIAS ORDINÁRIAS PAUTADA NA QUANTIDADE DA DROGA. ALEGAÇÃO DEFENSIVA DE ILEGALIDADE. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. RECURSO ESPECIAL DESPROVIDO.

[...]

2. *Sob essa nova ordem jurídica, a Lei n.º 11.343/2006 - que revogou a Lei n.º 6.368/1976 -, passou a tratar de forma mais rigorosa o traficante e deu tratamento mais brando ao usuário, com a descarcerização. Para o traficante, por exemplo, a pena mínima abstratamente cominada foi elevada de 3 para 5 anos.*

3. *Em medida oposta ao recrudescimento da pena-base para o tipo penal fundamental da Lei de Drogas vigente, o tráfico, o legislador previu uma causa especial de diminuição da pena no § 4.º do art. 33, pela qual a reprimenda pode alcançar 1 ano e 8 meses. Vale dizer, 1 ano e 2 meses abaixo do mínimo legal abstratamente cominado no art. 12 da Lei revogada.*

4. *De fato, não se nega que os acusados possuem todas as garantias previstas pela Constituição e pelas leis e cabe à Magistratura zelar pela proteção. Contudo, também não se nega que a Constituição da República seleciona bens juridicamente relevantes aos quais não se deve dar proteção deficiente.*

5. ***A elevada quantidade de drogas apreendida pode ser perfeitamente sopesada para aferir o grau de envolvimento do acusado com a criminalidade organizada ou de sua dedicação a atividades delituosas, comportando, todavia, prova em sentido contrário.***

6. *Sem embargo, cumpre observar que, de um lado, se a grande quantidade de droga pode denotar a dedicação do acusado a atividades criminosas ou o envolvimento com o crime organizado, por outro lado, mesmo havendo quantidades menores ou não expressivas, outras circunstâncias do tráfico podem indicar o mesmo envolvimento, como, por exemplo, anotações de movimentação frequente da traficância, testemunhos, apetrechos para o tráfico regular de entorpecentes etc.*

7. *Negado provimento ao recurso especial."* (REsp 1.773.834/ES, Rel. Ministra LAURITA VAZ, SEXTA TURMA, julgado em 27/11/2018, DJe 19/12/2018; sem grifos no original.)

Ante o exposto, CONHEÇO e NEGÓ PROVIMENTO ao recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 02 de abril de 2020.

MINISTRA LAURITA VAZ

Relatora